

EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA AMAZÔNIA: O PROTAGONISMO E A RESISTÊNCIA DO JOVEM ALTERNANTE

POLIANA FERNANDES SENA E SOUSA

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil

WERLISON SILVA DE SOUSA

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil

SOLANGE HELENA XIMENES-ROCHA

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil

RESUMO: Este artigo traz elementos de reflexão sobre a pedagogia da alternância. A partir de uma pesquisa bibliográfica, a produção teve como objetivo refletir sobre o papel dessa pedagogia no protagonismo dos alternantes das Casas Familiares Rurais (CFR) na Amazônia. Foi possível constatar uma proposição de educação do campo cujo princípio é a pedagogia da alternância e que concebe uma prática educativa emancipatória, voltada para o desenvolvimento regional, o que permite o protagonismo dos alternantes. Verificaram-se também experiências de Educação voltadas para o âmbito rural que vêm ao encontro das necessidades do homem amazônico. São projetos que elaboram e materializam seus currículos de acordo com a realidade dos povos amazônicos daquela região, e harmonizam os estudos com o trabalho das unidades produtivas.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Casa Familiar Rural; Jovem Alternante; Pedagogia da Alternância; Protagonismo Juvenil.

INTRODUÇÃO

A temática de investigação deste artigo é constituída pela pedagogia da alternância na Amazônia e seu papel no protagonismo dos alternantes¹ das CFR. Este estudo parte do pressuposto de uma educação do campo originalmente amazônica, no modelo fundamentado na proposta educativa em alternância com características locais e aponta contribuições para o desenvolvimento regional.

Ao dissertar sobre a temática, parte-se do conceito de alternância utilizado por Nosella (2012), que diz tratar-se de uma metodologia que criou uma didática específica para articular dialeticamente os saberes escolares com saberes da experiência fora da escola, desenvolvidos como Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Desse modo, diz respeito a uma metodologia nascida no meio rural, mas que o transcende, pois toda relação pedagógica é uma dialética integradora – entre o saber escolar e os saberes da vida – que está fundamentada em quatro pilares, a saber: Formação Integral, Desenvolvimento do Meio, Alternância e Associação Local. De acordo com Ribeiro (2003, p. 142), “é a vinculação entre o meio escolar e o meio familiar-comunitário. Esse sistema deve permitir aos jovens frequentar a escola sem prejudicar ou inviabilizar a produção realizada através de laços e braços da família”.

A pedagogia da alternância trata especificamente de dois importantes e estratégicos momentos formativos e é organizada a partir de dois períodos, identificados como TE e TC. O TE abrange os períodos de formação que ocorrem nas CFR, enquanto o TC é um período de formação nas comunidades rurais, corresponde ao tempo de vivências, experiências, estudo e investigação, e muitas vezes ocorre no próprio lote dos alternantes. Ressalta-se que a alternância não se diferencia pela mera alternância entre TE e TC, uma vez que estabelece orientação real para as aprendizagens desenvolvidas na escola, em confronto com as realidades da vida. Verifica-se que a plena articulação dos tempos formativos pode implicar a consolidação do território do alternante, questão socioprofissional em resistência à perspectiva capitalista presente em muitas escolas, em um sentido de movimentos contra-hegemônicos.

A pedagogia da alternância, como ação para a emancipação social, colabora para que o jovem alternante se aproprie de uma postura crítica diante daquilo que está estudando e, assim, estenda essa realidade social à sua própria existência e visão de mundo (FREIRE, 2011). Essa proposta educativa respeita e favorece a autonomia dos educandos, reconhece seus saberes e, com isso, compreende melhor o que eles sabem e o que podem vir a aprender, sendo percebida como uma prática pedagógica socioeducativa apropriada no sentido de protagonizar o desenvolvimento social da Amazônia nas suas diversas nuances, e traz em si essa proposta de educação contra-hegemônica (MELO, 2017).

Constatou-se que a melhor forma de realizar o estudo seria através de uma pesquisa bibliográfica consubstanciada, conforme definido por Severino (2007). Portanto, buscou-se por autores que fossem referendados nas literaturas como relevantes na abordagem da temática. Para a revisão da literatura, o conceito de pedagogia da alternância está fundamentado conforme Nosella (2012); o conceito de educação emancipadora, a partir de Freire (2011); o de pedagogia da alternância no cenário amazônico, de acordo com os estudos de Sousa (2020), Sousa e Rocha (2016), Sousa (2015) e Santos (2006); o conceito de protagonismo juvenil está embasado em Borges (2012) e o de formação integral, na concepção das proposituras de Freire (2011) e Gramsci (1986). Por conseguinte, foi realizado um planejamento síntese das leituras a fim de alcançar o objetivo proposto.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira são apresentados os desafios da Educação na região amazônica; na segunda parte refletimos sobre a pedagogia da alternância e a construção de um currículo amazônico endógeno e em movimento que atenda as demandas da população que habita o território; e na terceira parte é dada visibilidade ao protagonismo do jovem alternante e seu modo de vida. As tessituras finais indicam que a pedagogia da alternância oportuniza o protagonismo do jovem alternante, pois incorpora suas vivências críticas ao processo pedagógico e alia teoria e prática na formação do jovem.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA EM TEMPOS DE FRAGILIDADES

Tecer reflexões sobre a Educação na Amazônia significa adentrar uma realidade multifacetada, condicionada a diversos fatores, entre os quais apresentamos a

sociobiodiversidade. A Amazônia é mundialmente conhecida, como menciona Becker (2004), pelos índices superlativos, como a maior bacia hidrográfica do mundo e a maior floresta, que abriga o maior bioma da humanidade. Na contramão desses dados, há uma histórica desigualdade das regiões que compõem a Amazônia brasileira, uma vez que as dinâmicas estabelecidas não apenas simbolizam costumes tradicionais dos povos (indígenas, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, agricultores, familiares etc.), mas possuem características singulares que mantêm relações com as questões de ordem políticas, educacionais e sociais.

Particularmente, no que tange à Educação, o cenário é delicado, com carência de escolas que atendem à modalidade do Ensino Médio, evasão e retenção. A situação se agrava nas áreas rurais, onde há infraestrutura precária, fechamento de escolas no campo, oferta irregular do Ensino Médio – que ocorre apenas por meio do Sistema Modular de Ensino (SOME)² –, professores que não foram alcançados pelos programas de formação docente e têm Ensino Superior incompleto, e longas distâncias a serem percorridas até a escola, entre outros fatores. No que se refere às avaliações externas, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a Amazônia se destaca por apresentar os piores índices quando comparada às outras regiões brasileiras. O acesso da população brasileira de 15 a 24 anos ao Ensino Superior também é o menor da América Latina (Pnud/ONU, 2018).

No tocante aos avanços, Santos (2014) pontua que nos últimos anos na Amazônia nos aproximamos da universalização do Ensino Fundamental. Isto é, houve a criação de algumas universidades federais, de programas de financiamento das escolas públicas e de programas específicos para a formação de professores e, no bojo dessas conquistas, vivemos o desafio de democratização da sociedade.

Nos estudos de Sousa (2020), Prazeres (2008) e Santos (2006), que se debruçaram sobre a pedagogia da alternância em contexto amazônico, encontram-se presentes as marcas das dificuldades enfrentadas para que os sujeitos do campo possam ter acesso à formação escolar no período de alternância, tais como: atraso na celebração dos convênios entre o governo do Estado do Pará e as prefeituras municipais; constante contratação de monitores, pois o fato de não haver uma política de formação específica reflete na alta rotatividade desses profissionais nas CFR; transporte escolar precário; atraso na certificação dos egressos; insuficiência de alimentação e infraestrutura. As pesquisas revelam que a realidade do campo em relação à problemática do transporte escolar atinge diversas experiências em alternância no estado do Pará e, além disso, as dificuldades acontecem em todas elas.

Praticamente todos os recursos para manutenção e funcionamento das CFR são oriundos dos governos estaduais e municipais, porém, na maioria das vezes, são escassos e irregulares. A falta de apoio à proposta pedagógica reflete de maneira negativa no processo organizacional das CFR, o que influencia na aprendizagem dos alternantes. A manutenção das CFR constitui um dos desafios da consolidação do modelo de alternância que pode levar ao fechamento de algumas escolas, como já vem acontecendo em vários lugares do Brasil.

O Estado do Pará possui 32 Casas Familiares Rurais, porém apenas 15 estão em funcionamento e atendem alunos do Ensino Médio Regular e Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – 3.^a e 4.^a etapas, com 649 e 444 alternantes matriculados respectivamente. Atualmente, oferecem os cursos de Técnico em

Agropecuária, Técnico em Zootecnia, Técnico em Agroindústria, Técnico em Mineração, Técnico em Agroecologia, Técnico em Agricultura e Técnico em Floresta; atendem as modalidades de cursos Integrados e Subsequentes e alcançam povos tradicionais como ribeirinhos, pescadores e pescadoras artesanais, agricultores familiares, extrativistas e, em algumas regiões, indígenas. Os egressos somam 3.379 e vêm do Ensino Médio Regular, Ensino Médio Integrado e Ensino Fundamental (ASSOCIAÇÃO DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO ESTADO DO PARÁ, 2022).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) (BRASIL, 2018), no período entre 2000 e 2015 foram fechadas 5.355 escolas no Pará, 4.411 rurais e 944 urbanas. Esse cenário também se observa no contexto nacional. No mesmo período, foram fechadas no Brasil 110.873 escolas, 75.441 rurais e 35.432 urbanas.

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO AMAZÔNICO EM MOVIMENTO

No Brasil, as experiências que adotam a pedagogia da alternância chegaram, *a priori*, através de dois modelos, denominados Escolas Famílias Agrícolas (EFA)³ e Casas Familiares Rurais, ambos oriundos de uma mesma matriz francesa – todavia, o primeiro modelo sofre influência de experiência desenvolvida na Itália.

O momento em que a pedagogia da alternância se desenvolveu no Brasil é marcado, conforme Trindade (2010, p. 33), “pela consolidação do processo de globalização, e o acirramento do conflito na relação entre capital e trabalho, tanto na cidade, quanto no campo”, e se estabelece “também como um período de grande movimentação do capital e do trabalho” (TRINDADE, 2010, p. 33). Esse período inicial, caracterizado como do crescimento do movimento da alternância no Brasil, está relacionado com agricultores vítimas de uma política desenvolvimentista vigente naquele momento, que privilegiava a mecanização da agricultura em detrimento da agricultura familiar (BEGNAMI, 2004).

A pedagogia da alternância no cenário da Amazônia Paraense compreende as demandas socioeducativas e tecnológicas que existem na agricultura familiar e na formação dos filhos dos trabalhadores do campo, precisamente na região da Transamazônica. Santos (2006) assinala que as discussões iniciais acontecem a partir de 1994, quando representantes do movimento na Transamazônica se mantêm à frente do processo de reconhecimento das CFR.

O marco da inserção da alternância na região foi um encontro promovido pelo Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX) em parceria com o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), da Universidade Federal do Pará (UFPA), e alunos do campus da UFPA em Altamira, no qual estava presente o assessor das CFR do Brasil, Pierre Gilly.

A partir de diversas articulações, acontece no município de Medicilândia a implantação da primeira CFR no estado do Pará, localizada na Rodovia Transamazônica, na infraestrutura cedida pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), fundada em 6 de novembro de 1995, com 25 jovens filhos de agricultores da

região. No ano de 1998, ocorreu a conclusão da 1.^a turma, com 28 jovens (RELATÓRIO-CFRM, 1996 apud SANTOS, 2006).

Incorporada à inovadora proposta de Educação, a formação das CFR no território paraense foi indispensável, na medida em que elas contemplam as questões que envolvem a organização social dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Consoante Molina (2004), trata-se de uma condição necessária para conceber com efeito uma nova proposta de educação do campo na Amazônia, que reconheça aqueles que habitam no campo, na floresta e nas águas como sujeitos de direitos, que tenham assegurados seus espaços de produção, de cultura, das relações com a natureza e de território de vida.

No que diz respeito à construção do currículo baseada na proposta em alternância, ela ocorre de maneira coletiva, com diversas reuniões de pais e responsáveis, membros da associação e comunidade. Os temas geradores são definidos a partir da realidade constatada na pesquisa das propriedades dos alternantes e, após a sistematização, são ratificados em assembleia pelas ARCAFAR com a participação dos alternantes, familiares, monitores⁴ e membros das associações, com um protagonismo dos alternantes na escolha dos temas e conteúdos a serem estudados (SOUSA, 2020).

Borges (2012) pontua que a pedagogia da alternância é uma prática pedagógica formadora do protagonismo, uma vez que possibilita ao jovem conhecer seus próprios limites e os limites dos outros. Enfatiza-se a participação, considerada um dos elementos centrais da proposta em alternância, que se mostra como um antídoto às práticas educativas tradicionais. É imprescindível que os jovens tenham oportunidade de voz.

Os temas são pensados a partir da realidade dos jovens alternantes e buscam relacionar a realidade dos lotes, bem como das comunidades a que pertencem, com a formação ofertada nas CFR. Os elementos apresentados encontram-se respaldados em estudiosos como Sousa (2020), que indicam que a experiência educacional tem como referência a proposta pedagógica em alternância, adota os temas geradores e faz uma relação entre estes e um dos princípios da pedagogia da alternância.

Embora a constituição desse currículo esteja fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, com ênfase nas orientações para a educação no campo e o ensino profissionalizante e parâmetros curriculares para o Ensino Médio, a matriz curricular se organiza no sentido de atender à formação da base comum e à formação técnica, é baseada no modelo do Plano de Formação da ARCAFAR – Pará, e caracterizada como documento que prevê a formação técnica e a formação geral consubstanciadas por uma organização curricular integrada. Tal modelo demonstra que o público atendido pelas CFR é, geralmente, composto por alternantes decorrentes de famílias camponesas. A gestão das CFR decorre da instituição das ARCAFAR, que indicam elementos democráticos como espaços de tomada de decisões, dialogados sempre numa perspectiva horizontal, que considera aspectos como desenvolvimento rural sustentável, instrumentos pedagógicos específicos e conteúdos atravessados pelos saberes locais.

Melo (2017, p. 140) concebe a construção de um currículo endógeno nas CFR articulado à vida dos estudantes e comprometido “com a valorização e a ressignificação dos saberes locais, através dos processos de reflexão e problematização da realidade, bem como por meio das trocas de experiências” estabelecidas entre diferentes sujeitos.

O currículo em movimento citado pelo autor pressupõe como parâmetro a realidade social, política, econômica, cultural e ambiental das comunidades dos alternantes. Ainda nesse viés, Melo (2017, p. 182) reforça que a presença de “elementos locais no currículo para fortalecer o *ethos* das comunidades tradicionais da Amazônia” contribui para o empoderamento destes povos tradicionais, de modo que não se sintam inferiores em relação a outras sociedades.

Assim, os projetos educativos devem partir daquilo que o jovem compreende sobre sua realidade, mesmo se levarem em conta a necessidade de interação com conteúdo de formação humana geral. Dessa forma, envolver o jovem desde o início, dar oportunidade de voz, ouvir suas angústias e percepções e contemplá-las em um plano são atitudes extremamente positivas na formação de sujeitos protagonistas (BORGES, 2012).

Nesse sentido, os alternantes das CFR, com a pedagogia da alternância como uma proposta pedagógica emancipatória (FREIRE, 2011), compreendem a Educação comprometida com a luta pelo fortalecimento da produção familiar, com o acesso às políticas públicas e às tecnologias do trabalho, com a aprendizagem da gestão empreendedora, a geração de renda e o enraizamento de uma nova cultura baseada na economia solidária, uma Educação que visa ainda garantir o empoderamento social da juventude, por meio do acesso a tecnologias, conhecimentos e habilidades que possibilitem alcançar o nível técnico médio e a postura de cidadãos sensíveis na profissão escolhida. Torres (2007, p. 163) aponta que “trata-se de vozes emancipatórias que querem um outro Brasil e uma outra Amazônia, sem coronelismo e modernismo”.

Mascarenhas (2017) assinala que uma das dificuldades do sistema de ensino está na elaboração de um currículo que compreenda a cultura, as tradições, as memórias e as lutas dos povos. A fim de superar o processo de colonização ao qual viemos a ser subjugados historicamente e oferecer ao jovem amazônico o protagonismo local, reivindica-se uma Educação para o contexto amazônico mais verdadeira e menos simbólica, no sentido de ouvir as vozes que ficaram silenciadas. Ainda sobre esse aspecto, Mascarenhas (2017, p. 187) destaca a necessidade do “resgate da memória histórica e cultural da Amazônia, a valorização de sua cultura, economia, riquezas e tradições locais como formas legítimas e importantes da expressão humana”.

A atuação da pedagogia da alternância das CFR postula aos integrantes envolvidos no projeto de Educação uma maior clareza a respeito da vida do jovem alternante. Isto é, mostra-se necessário conceber que “o jovem, pré-adolescente, ou jovem adulto, em formação, isto é, o ‘alternante’, não é mais um aluno na escola, mas já é um ator num determinado contexto de vida e num território” (GIMONET, 2007, p. 19). Esse jovem discute e propõe mudanças na sua realidade, na sua escola e comunidade, de forma consciente e com maturidade. Dessa forma, as CFR se caracterizam como um locus de engajamento da população do campo no enfrentamento das mazelas sociais, e buscam combater a dominação, a exclusão, a discriminação e a submissão vigentes em nossa sociedade.

Essa postura dos jovens alternantes caminha na contramão do que Saviani (1999) visualiza sobre o comportamento apático de alguns jovens como herança da histórica Educação tradicional, presente em muitas escolas hoje. Embora não se faça uma

relação direta com a tendência liberal tradicional de ensino, considera-se que essa conduta seja característica desse modelo educacional, no qual o foco do processo educativo é o professor e os alunos se colocam em uma situação passiva de relação vertical.

A pedagogia da alternância, como elemento condutor da prática educativa das CFR, resulta do encontro da proposta da Pedagogia com uma perspectiva de educação libertadora, cuja referência é Freire. A proposta pedagógica e curricular adota o trabalho aliado ao processo educacional e busca contemplar as necessidades da população do campo, especialmente os jovens, que por muito tempo têm sido ignorados. Esta aliança, educação e trabalho, se ampliou à medida que o tempo avançou; não estão apartadas, mas buscou-se trabalhar com a representação de educação/escola unitária, apontada por Gramsci (1986), que defende a formação integral do indivíduo.

Prazeres (2008) afirma que, na região Amazônica, as escolas do campo em sua maioria não trabalham uma proposta pedagógica a partir da realidade dos sujeitos. Os conteúdos são fragmentados, consideram a realidade de turmas multisseriadas existentes na região, além dos conteúdos urbanocêntricos. Assim, “a educação a partir dessa concepção tem como objetivo o ensino conteudista deslocado da realidade dos sujeitos e de suas reais necessidades” (PRAZERES, 2008, p. 92).

Diante desse desafio, é aberto o espaço para entendermos a concepção de Educação ilustrada pelas CFR. Nessa perspectiva, nenhuma mudança é possível sem a Educação. É necessário que os jovens agricultores amazônidas estejam engajados na luta pela sua libertação. Freire (2008), um dos teóricos que mais refletiu sobre a educação libertadora, acreditava na possibilidade de mudança do ser humano como sujeito inacabado e na conscientização deste sobre sua situação de exploração e dominação diante dos mais altos segmentos da sociedade, pois o foco da educação libertadora é combater a dominação e a opressão dos desprivilegiados, entendidos como marginalizados da sociedade capitalista. Freire ainda ressalta que, para construir uma educação libertadora, é preciso que se faça a compreensão da Educação como um processo de formação humana.

O sentido de formação integral em relação à pedagogia da alternância concebida nas CFR pode ser interpretado com a consideração das acepções de Freire (2011), que buscou defender uma Educação dos homens por meio da conscientização, da desalienação e da problematização. Freire (2011) afirma ainda que uma educação popular e verdadeiramente libertadora se constrói a partir de uma educação problematizadora, subsidiada em perguntas provocadoras de novas respostas, no diálogo crítico, libertador, na tomada de consciência de sua condição existencial. Ele chamou essa investigação de “universo temático”, um conjunto de “temas geradores” sobre as condições de percepção da realidade do oprimido e de sua visão de mundo sobre as relações homens-mundo e homens-homens.

Ao se realizarem tessituras sobre a prática pedagógica em alternância, emergem algumas reflexões sobre a formação do jovem alternante neste cenário, isto é, sobre seu posicionamento diante dos outros e do mundo que o cerca e das relações sociais. Impulsionar os jovens das comunidades rurais amazônicas à formação de percepção crítica é subsidiar a formação do protagonismo, na medida em que esse tipo de formação propõe uma ação mais responsável do jovem, com uma interpretação menos

ingênua das coisas que o cercam, o que Freire (2011) retrata como o enfrentamento da realidade.

Freire se apoia na discussão da formação do protagonismo em sua própria obra *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2011, p. 29), sobretudo quando enfatiza a necessidade de atravessar a condição de oprimidos, na qual muitos estão postos, “privados do direito à palavra e do direito de ser mais”.

Nas reflexões de Freire (2008), a Educação tida como emancipadora, problematizadora e transformadora é marcada como mecanismo para uma sociedade diferente, menos injusta e opressora, mais solidária, colaborativa, dialógica e humana. A atuação, o empenho coletivo, a práxis e a percepção crítica das ações são primordiais para a concretização do protagonismo. É nesta perspectiva que caminha a pedagogia da alternância com oportunidade de transpor o estigma que, historicamente, tem acompanhado o sujeito caboclo amazônida, especialmente o jovem rural, visto como parte de uma população com baixa escolarização/formação, lugar de atraso e seres aculturados.

As CFR, de acordo com sua concepção de educação, buscam atuar como um lócus de formação que ofereça aos jovens do campo um ensino que considere a realidade vigente. Assim, a escola busca ampliar cada vez mais a qualificação dos agricultores e estimular o desenvolvimento do meio em que vivem, a partir de uma proposta que toma o trabalho como princípio educativo, o que oportuniza uma educação do campo, estruturada para o trabalho e para o desenvolvimento das comunidades.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA AMAZÔNIA: O PROTAGONISMO DO JOVEM ALTERNANTE, SEU MODO DE VIDA E AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Portilho (2008), existe nas CFR uma preocupação permanente em adequar a questão pedagógica às características sociais, políticas e culturais de seus integrantes, à dinâmica de seu mundo e às necessidades do ambiente no qual ele está inserido, de forma que essas ações possam refletir na possibilidade de permanência dos jovens agricultores em seu lote, onde os alternantes podem ter condições de desenvolver projetos – aliados à formação profissional – para ter rentabilidade no seu sistema de produção.

Com o domínio de técnicas relacionadas à agricultura, o alternante poderá potencializar a plantação e/ou criação que ele possui no seu lote, e contribuir para o aumento do rendimento familiar, bem como diversificar a produção nas propriedades. O jovem passa a ser inserido no processo de produção familiar com mais autonomia e possibilidade de acessar programas relacionados à agricultura familiar, e com a formação técnica terá maiores chances de empreender sua própria produção (SOUSA, 2015).

Ainda no que tange ao protagonismo do jovem alternante na Amazônia, é possível constatar a assistência técnica oferecida às propriedades nas quais os jovens residem. Os alternantes tornam-se referência nas suas comunidades por estarem estudando nas CFR. Além de fortalecerem seus próprios lotes através da assistência

técnica, eles contribuem no sentido de fortalecer as comunidades nas quais estão inseridos, pois, ao serem qualificados, possuem condições de prestar assistência a outros produtores. No tocante a essa questão, Borges (2012, p. 111) menciona que “os jovens percebem o quão suas contribuições são importantes, não apenas em nível técnico-informacional, mas em relação ao engajamento na solução de problemas coletivos”.

Dessa maneira, os jovens alternantes são solicitados pelos demais agricultores para auxiliar no suporte técnico, seja nas plantações ou na criação de animais. Podemos inferir sobre uma vivência de protagonismo do jovem alternante, na ocasião em que ele, em uma atividade individualizada, vincula-se a outros integrantes e parceiros em um contexto regional, em especial o amazônico, em propostas de melhoria para as comunidades rurais, o que faz evoluir as condições de vida destas regiões.

Pedagogia da alternância na Amazônia pode complementar a lacuna que se mantém hoje na educação do campo, uma vez que busca associar escola e vida (GRAMSCI, 1986). “Procura agregar trabalho, educação e sustentabilidade, contribuindo para pensar uma educação que passe ao largo dos interesses do capital, uma educação que constrói a sua própria pedagogia, a partir dos mitos, das lendas, da cultura e costumes” (MELO, 2017, p. 182).

As discussões sobre a necessidade de expansão da agricultura familiar também apontam a questão da preparação da juventude como condição fundamental para o fortalecimento desse segmento produtivo (SILVA, 2003). Verificou-se que o fortalecimento das unidades produtivas influencia na permanência do homem no campo. Mas, para que isso aconteça, mostra-se necessário fortalecer o debate em relação ao acesso a políticas públicas para a agricultura familiar. É indispensável que o jovem agricultor tenha incentivo de cooperativas, sindicatos e associações, e acesso a programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Plano de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos relacionados com o mercado de fruticultura, que pode garantir renda para os agricultores.

Para Medeiros (2001), os anos de 1990 se encerram no Brasil com o crescimento da visibilidade política de dois segmentos sociais no meio rural: os sem-terra e os agricultores familiares. A agricultura familiar, que tem como principal acelerador a reforma agrária, com intensas lutas dos movimentos sociais, influencia as políticas públicas voltadas para o setor, que tem como principal fonte o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Uma das possibilidades de fomentar o PRONAF dentro de uma estratégia de desenvolvimento local alinhada às Casas Familiares Rurais, partiria do acesso dos jovens a linhas de crédito como o PRONAF – Jovem, relacionado ao Projeto Profissional do Jovem (PPJ), executado durante a formação.

O PPJ é um instrumento pedagógico que deve ser pautado no desenvolvimento econômico e social equilibrado e sustentável, visto que muitas vezes é iniciado nas primeiras alternâncias, quando os jovens estão desenvolvendo seus trabalhos nas suas propriedades como principal atividade econômica – alguns transformam em projeto a plantação ou criação já existente na propriedade e melhoram o que já têm, a partir de uma prática que faz parte da sua realidade; outros acabam descobrindo novas possibilidades. O projeto estimula ainda os jovens a pensar em alternativas que busquem responder às demandas locais, sempre com objetivo de promover inovações e compartilhar suas experiências com a família e a comunidade locais. No final de seu

processo formativo dentro dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), os alternantes devem apresentar, de forma objetiva e sistematizada, aquilo que construíram.

Uma das problemáticas mais evidenciadas pelos jovens é o acesso ao financiamento. Nesse sentido, há de se concordar com Sousa (2020), pois o acesso ao crédito rural também pode ser alcançado pelos jovens agricultores, uma vez que esse crédito auxilia na produção das culturas dos lotes. Para oferecer condições de permanência ao jovem no campo, é necessário criar e fortalecer as redes de parcerias existentes. É imprescindível incentivar a permanência do jovem no meio rural, no entanto, se essa permanência acontecer de maneira isolada, sem as condições necessárias, pode aumentar o êxodo rural. Esse jovem pode ser absorvido pelo agronegócio como uma mão de obra qualificada e barata.

Por outro lado, em uma educação contextualizada, o jovem agricultor revela maior interesse, participação e responsabilidade nos trabalhos do lote, e torna-se mobilizador dos seus familiares nas atividades produtivas (SILVA, 2012). Permite-se assim que possa materializar em sua unidade produtiva todos aqueles conhecimentos teóricos e práticos socializados na escola.

De acordo com Sousa e Rocha (2016), é perceptível a contribuição da proposta pedagógica das CRF para a vida do alternante. Há um forte desejo em ser empreendedor no seu próprio lote, acessar um crédito rural para fazer criação e, dessa forma, ter independência financeira. A relação educação e trabalho está presente como um modo de contribuir com a formação humana e técnica para a vida do jovem no campo, com vistas ao desenvolvimento do meio, a associação comunitária, o empreendedorismo e o protagonismo juvenil (AMARAL, 2013).

Conforme explicita Santos (2006, p. 343), “um aspecto avaliado é a mudança comportamental dos filhos, com a renovação da autoestima e a sociabilidade nas relações intrafamiliares, sentindo-se, tais jovens, úteis ao processo de gestão e execução da economia familiar”. Para os pais, o acesso a novos conhecimentos por meio da formação traz esperanças de que no futuro possam melhorar sua condição socioeconômica (PRAZERES, 2008).

Ainda que haja significativas dificuldades educacionais no campo, sobretudo na Amazônia, a proposta educativa apoiada na pedagogia da alternância tem favorecido uma Educação mais harmonizada com a realidade vigente e, conforme já mencionado, as experiências de educação do campo vêm emergindo na região, com ênfase para a formação de jovens do campo. Destarte, essa proposta vem colocando esse jovem no lugar de centralidade do processo de ensino-aprendizagem, como protagonista de um currículo em movimento que envolve educação e trabalho em uma perspectiva emancipadora.

ALGUMAS TESSITURAS

Mesmo diante dos desafios enfrentados, a pedagogia da alternância se apresenta como uma formação diferenciada e crítica, com potencial para responder às demandas das comunidades amazônicas. Corroborando García-Marirrodrga e Calvó

(2010, p. 55), também entendemos que a alternância integra um sistema de formação que contribui para o desenvolvimento de todo um “contexto geográfico, cultural e socioprofissional concreto e que logra a formação de jovens e adultos, assim como sua inserção e qualificação profissional”.

Este estudo confirmou que uma proposição de educação do campo cujo princípio seja a pedagogia da alternância concebe-se em uma prática educativa emancipatória, voltada para o desenvolvimento regional e que permita o protagonismo dos alternantes. Assim, é uma proposta de Educação voltada para o meio rural e que vem ao encontro das necessidades dos povos amazônidas. São projetos que elaboram e materializam seus currículos de acordo com a realidade dos povos que habitam o território e harmonizam os estudos com o trabalho das unidades produtivas.

A existência das CFR na Amazônia, ou em qualquer outro território, depara-se constantemente com desafios que são comuns, seja a luta por financiamento público, pela contratação de monitores, ou para manter a alternância em funcionamento – esses são alguns dos problemas vivenciados na oferta dessa Educação que é realizada no meio rural.

Os arranjos para manutenção das alternâncias e os desenvolvimentos das atividades no CEFFA possuem o empenho de todos, já que envolvem inclusive a diretoria da associação, alinhada com a rotina da escola – ambas estão em sintonia, pois as unidades produtivas implantadas nas CFR dependem disso. Logo, o processo produtivo está alinhado às práticas que permitem ao jovem obter o conhecimento teórico e prático. E, em um segundo plano, há o consumo da produção na própria unidade escolar, o que reduz os custos da alternância.

Desvelam-se, no decorrer do estudo, esperanças e expectativas dos sujeitos envolvidos no processo educacional, e aponta-se que a pedagogia da alternância é uma metodologia viável para o campo por incorporar a vivência dos sujeitos na construção da proposta pedagógica, com o objetivo de aliar teoria e prática na formação do jovem.

Artigo recebido em: 23/02/2022

Aprovado para publicação em: 08/06/2022

EDUCATION AND PEDAGOGY ALTERNATION IN THE AMAZON: THE PROTAGONISM AND RESISTANCE OF THE ALTERNATING YOUTH

ABSTRACT: This article brings elements of reflection about pedagogy and alternation. Going from bibliographical research, the goal of this production was to reflect on its role in the protagonism of the CFRs (Rural Familiar Houses) alternants in the Amazon. It was possible to verify a proposition of rural education, having as principle the alternation pedagogy, forming and emancipatory educational practice, aimed at regional development, allowing for the protagonism of the alternants. They also noticed educational experiences aimed at the rural setting that meet the needs of the amazonian man. They're projects that elaborate and materialize their curriculums according to the reality of amazonian folk, blending the studies with the work of productive unities.

KEYWORDS: Amazon; Rural Family House; Alternating Youth; Pedagogy of Alternation; Youth.

EDUCACIÓN Y PEDAGOGIA DE LA ALTERNANCIA EN LA AMAZONIA: EL PROTAGONISMO Y LA RESISTENCIA DEL JOVEN ALTERNANTE

RESUMEN: Este artículo trae consigo elementos de reflexión sobre la pedagogía de la alternancia. Partiendo de un estudio bibliográfico, el objetivo de la producción es sobretodo reflexionar sobre el papel que desempeña el protagonismo de los alternantes de CFRs (casas familiares del campo) en la Amazonía. Fue posible constatar una proposición de educación camponesa, siguiendo los principios de la pedagogía de la alternancia, concebida como una práctica educativa, emancipadora, dirigida para el desarrollo regional, tornando posible el protagonismo de los alternantes. Se constató también vivencias educacionales convertidas para el alcance rural que viene de encuentro a las necesidades del hombre amazónico. Son proyectos que elaboran y materializan sus currículums de acuerdo con la realidad de los pueblos amazónicos, armonizando los estudios con el trabajo de las unidades productivas.

PALABRAS CLAVE: Amazonas. Casa Familiar Rural. Juventud Alternante. Pedagogía de la Alternancia. Protagonismo Juvenil.

NOTAS

- 1 - Sujeito do campo, ao tornar-se estudante na proposta metodológica da pedagogia da alternância, caracteriza-se também como sujeito alternante (GIMONET, 2007).
- 2 - O SOME é o sistema educacional paraense que visa garantir o Ensino Fundamental e o Médio às populações de regiões em que não haja sistema regular de ensino. Para saber mais consultar Brayner (2012).
- 3 - Assim como na França em 1935, a pedagogia da alternância surge com um representante da Igreja Católica. No Brasil, o padre Humberto Pietrogrande é o incentivador do surgimento da EFA no Espírito Santo. Para saber mais, consultar Nosella (2012) e Nascimento (2005).
- 4 - O monitor é o responsável por acompanhar diariamente os alternantes nas atividades propostas em sala de aula, bem como no desenvolvimento de tarefas referentes à organização da formação, assim o papel do docente extrapola o entendimento comum sobre a função atribuída a esse profissional; desse modo, são identificados por monitores e sua função é rica, complexa e difícil (GIMONET, 2007).

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. P. do. **A Pedagogia da alternância como práxis educativa na Escola Família Agrícola de Uirapuru-GO: limites e potencialidades.** 2013. 145 f. Dissertação

SOUSA, P. F. S. e, SOUSA, W. S. de, XIMENES-ROCHA, S. H.

(Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT, 2013.

BECKER, B. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. //: MENDES, Armando Dias (org.). **Amazônia: terra e civilização**. 1. ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 115-140.

BEGNAMI, J. B. Uma geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil. //: **Documentos pedagógicos**. União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. 1. ed. Brasília: UNEFAB, 2004.

BORGES, G. S. **A Formação do protagonismo do jovem rural a partir da pedagogia da alternância em casas familiares**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2012.

BRAYNER, C. de N. de M. **Sistema de organização modular de ensino: um estudo avaliativo da organização do trabalho pedagógico no Ensino Médio do meio rural**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação, 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 29.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GARCÍA-MARIRRODRIGA, R.; CALVÓ, P. P. Os CEFFA e o desenvolvimento do meio rural. //: GARCÍA-MARIRRODRIGA, R.; CALVÓ, P.P. (org.). **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo**. 1. ed. Coleção AIDEFA, Belo Horizonte: O Lutador, p. 137-181, 2010.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. 1. ed. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR- Associação Internacional dos Movimentos Familiares Rurais, 2007.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1986.

MASCARENHAS, S. A. do N. Amazônia: identidade histórico-cultural, cidadania e descolonização – desafios do ensino. **RECH – Revista de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-Estar**, Humaitá, v. 1, n. 1, p. 187-200, jul-dez. 2017.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/4738/3844>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MEDEIROS, L. S. de. Sem Terra, 'Assentados', 'Agricultores familiares': considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores brasileiros. //: GIARRACA, Norma. (org.). **Uma nueva ruralidade em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 103-128.

MELO, A. de O. **Pedagogia da Alternância no Amazonas: uma práxis dos movimentos sociais da floresta e das águas**. 2017. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

MOLINA, M. C. O PRONERA como construção prática e teoria da educação do campo. //: ANDRADE, M. R.; PIERRO, M. C. di; MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de (org.). **A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

NASCIMENTO, C. G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2005.

NOSELLA, P. **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2012.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. PNUD, 2019. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>. Acesso em: 18 de jan 2022.

PORTILHO, E. S. **Pedagogia da alternância: educação e natureza em casas familiares na região Tocantina, PA**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.

PRAZERES, M. S. C. dos. **Educação no campo e participação social: reflexões sobre a experiência da Casa Familiar Rural de Cametá/PA**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

RIBEIRO, B. M. F. **Viver, produzir e preservar: construindo projeto Casa Familiar Rural da Transamazônica (1980-2002)**, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento

SOUSA, P. F. S. e, SOUSA, W. S. de, XIMENES-ROCHA, S. H.

Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo De Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SANTOS, N. R. **Educação no campo e alternância**: reflexões sobre uma experiência na Transamazônica/Pará. 2006. 401 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SANTOS, T. F. A. M. dos. A educação no desenvolvimento da Amazônia. In: **Anais do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação/ VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 2014, Porto, Portugal. Disponível em: <https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/TerezinhaFatimaSantos_GT5_integral.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022.

SAVIANI, D. **Educação em diálogo**. Campinas: Autores Associados, 1999

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, L. **Experiências de formação de jovens do campo**: alternância ou alternâncias?. 1. ed. Curitiba: CRV, 2012.

SILVA, M. F. da. **Pensar o trabalho é pensar a vida**: as dimensões da formação na pedagogia da alternância da Escola Família Agrícola de Marabá – PA. 2003. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agriculuras Amazônicas) – Centro de Ciências Agrárias, Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SOUSA, P. F. S. e. **A experiência da Pedagogia da Alternância na Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra**. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2015.

SOUSA, P. F. S. e. **Pedagogia da alternância na Amazônia**: a experiência da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020.

SOUSA, P. F. S. e; ROCHA, S. H. Ximenes. Aspectos históricos da criação da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Belterra. **Revista HISTEDBR**, [s. /], v. 15, n. 66, p. 106-122, 26 fev. 2016. *Online*. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643705/11221>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

TORRES, I. C.. **Humaitá**: eco de um povo. 1. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

TRINDADE, G. A. **O trabalho e a pedagogia da alternância na casa familiar rural de Pato Branco** – PR. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

POLIANA FERNANDES SENA E SOUSA: Mestre em Educação pela Universidade Federal do Oeste Pará (2015). Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA (2013); Especialista em Educação Infantil pela Universidade de Curitiba- UNINTER (2013). Possui Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2011). Desempenhou a função de Diretora de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação/UFOPA. Atuou no cargo de Procuradora Educacional Institucional e atualmente exerce o cargo de Procuradora Educacional Institucional.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0720-544X>

E-mail: polianafernandessena@yahoo.com

WERLISON SILVA DE SOUSA: É Mestrando em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Atua como Supervisor de Ensino na Secretária Municipal de Educação de Juruti. É Técnico em Agropecuário pelo IFPA - Castanhal, Bacharelado em Administração, Graduado em Pedagogia e Tecnólogo em Gestão Ambiental pela Universidade Paulista - UNIP, Santarém. Possui especialização em pedagogia da alternância e desenvolvimento rural, pela Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, em gestão escolar, orientação e supervisão - FAMETRE.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4003-6265>

E-mail: werlisonarcafar@gmail.com

SOLANGE HELENA XIMENES-ROCHA: Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR/2007) com Pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/2017). É Professora Associada da Universidade Federal do Oeste do Pará e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (Doutorado em Educação), no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado em Educação) e no Curso de Licenciatura em Pedagogia. É líder do Grupo de Pesquisa Formação de Professores na Amazônia Paraense (Formazon/Cnpq) e desenvolve pesquisas sobre educação do campo e formação de professores.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5601-7053>

E-mail: solange.rocha@ufopa.edu.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).